

# Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 19

PORTAL UOL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Como saber o valor da aposentadoria com o simulador do INSS fora do ar? ..... 3

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Calculadora do aposentado: Simule a aposentadoria do INSS (inss) ..... 4

GAZETA DE ALAGOAS - AL - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Estudo previdenciário na hora de se aposentar (Editorial) ..... 6

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

Criação da gratificação do 13º salário no Brasil chega aos 60 anos ..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congelada desde 2015, correção da tabela do IR entra no foco de presidenciais ..... 8

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

A tecnologia se tornou essencial para a reforma tributária (Artigo) ..... 9

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - DOIS PONTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

O ICMS no multiverso da loucura (Artigo) ..... 10

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Congresso aprova PEC dos Auxílios e fará sanção hoje ..... 11

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
ECONOMIA

MP-TCU cita 'abuso de poder econômico' em PEC social ..... 13

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Decisões legislativas (Editorial) ..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

Auxílio de R\$ 600 começa em agosto ..... 16

A GAZETA - MT - ECONOMIA  
ECONOMIA

Reajuste não repõe a inflação ..... 18

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO  
ECONOMIA

A fome no Brasil (Artigo) ..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
ECONOMIA

Os impactos da pandemia e a relação do brasileiro com as finanças ..... 20

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
ECONOMIA

Aumento no consumo gera recorde de endividamentos ..... 21

---

Quinta-Feira, 14 de Julho de 2022

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

Mulheres sentem mais ..... 22

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Inflação nos EUA e PEC afetam Bolsa ..... 24

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
ECONOMIA

Investidores embolsam lucros e dólar cai frente ao real ..... 25

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
ECONOMIA

Bitcoin segue em queda após inflação recorde nos EUA ..... 26

# Como saber o valor da aposentadoria com o simulador do INSS fora do ar?

*Do UOL, em São Paulo*

O simulador de cálculo de aposentadoria do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) está fora do ar, o que significa que os brasileiros que estão prestes a se aposentar não conseguem fazer a consulta do valor que vão receber quando a aposentadoria for liberada.

A informação foi confirmada pelo **INSS**, que afirmou que ainda não há um prazo para que a ferramenta volte a funcionar.

O simulador mostra o cálculo do valor da aposentadoria para os trabalhadores que vão se aposentar em cinco anos - quem está mais longe da aposentadoria consegue consultar apenas o tempo que falta para pedir o benefício.

Por que o simulador está fora do ar? O **INSS** disse ao UOL que o simulador de renda está indisponível até que o sistema seja adequado às mudanças propostas na lei 14.331/2022.

Sara Tavares Quental, advogada especialista em direito previdenciário e sócia do Crivelli Advogados Associados, afirma que a lei trouxe de volta o divisor mínimo de 108 contribuições. Ele havia sido deixado de lado pela reforma da previdência, mas a mudança beneficiou algumas pessoas que conseguiram aposentadorias maiores sem o divisor mínimo.

A reforma criou o chamado de milagre da contribuição única. Na prática, pessoas que tinham mais de 180 meses (15 anos) de contribuição poderiam descartar seus menores salários, aumentando a média salarial e, conseqüentemente, o valor da aposentadoria. Com o divisor mínimo, o valor precisa obrigatoriamente ser dividido pelo número de meses de contribuição.

Apesar de resolver este problema, Quental diz que a nova regra é ruim para os profissionais que têm poucos anos de contribuição, porque em todos os casos o divisor mínimo é de 108 meses (9 anos). Se o trabalhador tem menos contribuições do que isso, o valor da aposentadoria fica menor.

O simulador fica fora do ar toda vez que alguma lei altera a forma de cálculo da aposentadoria para que o sistema seja readequado ao novo cálculo, diz Quental.

Quando o sistema volta a funcionar? O **INSS** diz que não há previsão para o retorno do sistema.

Como consultar o valor da aposentadoria sem o simulador? Não existe outra ferramenta que possibilite o cálculo. A indicação das especialistas ouvidas pelo UOL é buscar um advogado para ter certeza que a pessoa preenche os pré-requisitos para pedir a aposentadoria e qual será o valor do benefício.

Mesmo quando o simulador está funcionando, a advogada especialista em direito previdenciário Yasmim Dantas, do escritório Brisola Advogados, recomenda que o beneficiário busque um advogado para checar se o valor da aposentadoria está correto de acordo com o histórico do profissional.

O simulador do **INSS** é uma ferramenta confiável, mas ele considera as informações do beneficiário que estão no CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), que é o extrato que reúne todas as informações profissionais e previdenciárias do trabalhador.

Toda informação presente no CNIS influencia o tempo para se aposentar e qual o valor da aposentadoria. Qualquer erro de informação, como uma experiência profissional que não foi cadastrada, pode impactar na aposentadoria da pessoa.

Cristiane Grano Haik, advogada especialista em direito do trabalho e previdenciário, diz que as pessoas que trabalharam em poucas empresas, sempre com carteira assinada, correm menos risco de terem inconsistências nos dados do **INSS**.

Segundo as especialistas, o melhor caminho é buscar um advogado, que será o responsável por avaliar toda a documentação profissional da pessoa e chegar ao valor exato da aposentadoria, além de saber se o trabalhador preenche os pré-requisitos para pedir a aposentadoria.

Quais os documentos necessários para consultar um advogado? Os documentos básicos pessoais, como CPF, RG e carteira de trabalho. Também é preciso ter o CNIS, que pode ser emitido pelo site do **INSS**.

**Site:**

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/07/14/simulador-do-inss-fora-do-ar.htm>

# Calculadora do aposentado: Simule a aposentadoria do INSS (inss)

**Luciana Lazarini**

Trabalhadores que contribuem com o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) podem usar a calculadora da Folha para estimar quanto ganharão de aposentadoria. Para fazer a consulta, informe quantos anos faltam para a aposentadoria e um valor aproximado da média salarial.

A calculadora aceita apenas valores até o teto do **INSS** em 2022, de R\$ 7.087,22, que é o valor máximo das contribuições pagas. Porém, a média salarial para quem sempre contribuiu pelo teto é de R\$ 6.695,38 em junho deste ano. Esse limite, chamado de média-teto, muda todos os meses, acompanhando a correção da **inflação**.

Os dados da calculadora consideram apenas o cálculo geral criado pela reforma da Previdência: de 60% da média salarial mais 2% a cada ano de contribuição que passar de 15 anos, para mulheres, e de 20 anos, para homens. A calculadora não inclui as situações dos trabalhadores que vão se aposentar por uma das regras de transição dos pedágios de 50% e de 100%. O resultado será uma demonstração simplificada, que reproduz apenas o valor aproximado da aposentadoria.

Para benefícios concedidos após a reforma da Previdência, de novembro de 2019, o **INSS** faz uma média de todos os salários com contribuição desde julho de 1994, com correção monetária. Segundo especialistas, essas informações estão na carteira de trabalho, nos carnês de contribuição e no Cnis (Cadastro Nacional de Informações Sociais), que pode ser acessado pelo aplicativo ou site Meu **INSS**.

O trabalhador que recolheu todas as contribuições desde julho de 1994 pelo teto e teve todos os salários de contribuição considerados no cálculo da média salarial tem uma média de R\$ 6.695,38 em junho, segundo o Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários).

Já quem sempre recolheu pelo salário mínimo receberá uma aposentadoria igual ao piso vigente no ano do início do pagamento. Nenhuma aposentadoria do **INSS** pode ser menor do que o salário mínimo, que é de R\$ 1.212 em 2022.

Especialistas indicam que a melhor forma de calcular a média salarial é por meio do simulador dentro do Meu **INSS**. No entanto, a conta é aproximada, porque depende de dados do Cnis, e o programa sai do ar ou fica instável com certa frequência.

O **INSS** informou que o cálculo da média salarial pelo Meu **INSS** só está disponível para trabalhadores que estão a cinco anos da aposentadoria. O órgão informa que o simulador de renda está temporariamente indisponível para ser adequado às mudanças de cálculo trazidas pela lei 14.331/2022.

Quanto às falhas no acesso ao sistema, o **INSS** afirma que a Dataprev vem fazendo intervenções para melhoria e que, em caso de indisponibilidade, o segurado deve acessar novamente em outro momento.

Desde a reforma da Previdência ficou mais difícil saber quanto falta para se aposentar, pois o trabalhador pode se enquadrar na regra de transição por pontos, da idade mínima progressiva, do pedágio de 50%, do pedágio de 100%, da transição da aposentadoria por idade ou pela regra definitiva da reforma. Para dificultar um pouco mais, as exigências aumentam com o passar dos anos em parte das regras de transição.

Se o trabalhador acessar o site ou aplicativo Meu **INSS**, o sistema mostrará quanto tempo falta para se aposentar em cada uma das transições e pela regra geral da reforma. No primeiro acesso será necessário cadastrar uma senha e responder a perguntas relacionadas ao seu histórico de contribuições.

Mas atenção: se o **INSS** não estiver reconhecendo algum período trabalhado, o sistema não vai considerar esses anos ou meses na simulação. Por isso, é importante consultar o Cnis (cadastro de contribuições) para verificar se há falhas e pedir as correções ao órgão.

.Aposentadoria por tempo de contribuição por pontos

.Aposentadoria por tempo de contribuição com idade mínima progressiva

.Transição da aposentadoria por idade

Há ainda duas regras de transição que exigem um pedágio, em que o trabalhador precisa contribuir por um tempo adicional. Para calcular esse tempo extra, considera-se o total de contribuições acumuladas quando a reforma da Previdência começou a valer. No pedágio de 100%, há também exigência de idade mínima. A calculadora não contempla os segurados que vão se aposentar por uma das regras do pedágio.

.Pedágio de 100%

Cálculo do benefício: a aposentadoria é integral, ou seja igual à média salarial do trabalhador

.Pedágio de 50%

Exigências do **INSS** em 2022:

Cálculo do benefício: o **INSS** calcula a média salarial e depois aplica o fator previdenciário, índice que leva em conta a idade, o tempo de de contribuição e a expectativa de sobrevida para cada idade. Quanto maior a idade do trabalhador, menor é o desconto aplicado na aposentadoria

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/calculadora-do-aposentado-simule-a-aposentadoria-do-inss.shtml>**

# Estudo previdenciário na hora de se aposentar (Editorial)

Por Renata Guidolin - advogada da área de Direito Previdenciário | Edição do dia 14/07/2022 - Matéria atualizada em 13/07/2022 às 22h50

O aumento da expectativa de vida no Brasil é um fato há muito identificado pelo IBGE, e decorre de variados motivos. O avanço da medicina e a melhoria das condições sociais, proporcionados por vacinas, saneamento básico, tecnologia e educação, estão entre eles. Se hoje em dia a população caminha para longevidade média de 80 anos, a questão da qualidade de vida também importa. E isso passa pela aposentadoria. Quantas dessas pessoas realmente se planejam para esse momento?

Assim, a longevidade exige uma visão de longo prazo. Muito antes de chegar aos 80 anos, o segurado do Regime Geral da **Previdência Social** já pode implementar as condições para o reconhecimento de seu direito à aposentadoria. Contudo, é sabido que nem sempre o valor auferido como renda de aposentadoria é suficiente para fazer frente a todos os custos de vida do idoso. E é aí que entramos na questão de desmistificar o Planejamento Previdenciário, que pode ser um importante aliado na organização deste momento.

Parecer jurídico minucioso, preventivo, utilizado no preparo para a concessão dos benefícios previdenciários de aposentadoria programada, o Planejamento Previdenciário não trata apenas de projetar contribuições futuras, objetivando a majoração da renda mensal inicial do segurado, como muitos pensam. Este estudo, composto da análise da situação do contribuinte perante o Regime Geral de **Previdência Social (INSS)**, leva em conta o histórico passado, a situação atual e a projeção para o futuro. Entre as análises que podem ser feitas, estão a avaliação de eventuais inconsistências e omissões no recolhimento e no repasse de contribuições previdenciárias ou o apontamento de eventuais lacunas contributivas que permitam viabilizar o pagamento das contribuições em atraso necessárias ao reconhecimento do direito à aposentadoria ou à majoração do valor do benefício previdenciário.

Assim, o estudo confere ao segurado a necessária segurança jurídica para o requerimento do benefício previdenciário, pois, por meio deste levantamento, o contribuinte terá ciência da viabilidade de sua

aposentadoria, do momento ideal para se aposentar, do valor estimado a receber e de como obter o melhor benefício previdenciário possível, ou seja, como fazer para extrair o valor máximo que tem direito. Com os meios necessários para suprir financeiramente as suas necessidades e desejos, pode usufruir com tranquilidade da chamada melhor idade.

**Site:** <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=4767>

# Criação da gratificação do 13º salário no Brasil chega aos 60 anos

Brasília - Uma das principais conquistas do trabalhador brasileiro está fazendo aniversário. O 13º salário completou ontem 60 anos. Equivalente à remuneração mensal, a gratificação natalina foi sancionada em 13 de julho de 1962 pelo então presidente João Goulart.

De autoria do deputado Aarão Steinbruch (PTB-RJ), a Lei 4.090/1962 foi proposta em 1959.

Na justificativa do projeto de lei, o parlamentar afirmava que as empresas costumavam pagar gratificações aos funcionários perto do Natal. Segundo ele, a lei consolidaria uma situação que era comum entre os trabalhadores da iniciativa privada.

Em meio a intensas pressões de entidades empresariais e de sindicatos, a discussão durou três anos. A conturbação política do início da década de 1960 também contribuiu para estender a tramitação do projeto. Em 1961, dois anos após a proposição do projeto, o presidente Jânio Quadros renunciou. Em seguida, João Goulart tomou posse, e o Brasil passou a adotar o sistema parlamentarista.

As entidades empresariais alegavam que a introdução do 13º salário traria prejuízos para as empresas e provocariam a extinção de empregos. Os sindicatos ameaçavam greve geral e queriam a aprovação da lei, sem emendas, ainda em 1961. Em dezembro daquele ano, uma greve geral chegou a ser convocada em São Paulo, quando os deputados atrasaram a votação por 48 horas.

A lei só foi aprovada em segundo turno em 24 de abril de 1962 na Câmara dos Deputados e em 27 de junho pelo Senado.

Curiosamente, o 13º salário não estava na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), legislação trabalhista promulgada pelo ex-presidente Getúlio Vargas em 1943. As reivindicações pelo 13º, no entanto, vinham de bem antes. Em 1921, há registro de greves em duas indústrias paulistas com demandas pela introdução de um abono natalino.

Os temores dos patrões não se confirmaram. O 13º virou uma ferramenta para impulsionar a economia, garantindo elevados volumes de vendas para a indústria e o comércio no fim de ano.

Em 2021, a gratificação injetou R\$ 232 bilhões na economia, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O 13º também ajuda a organizar a vida financeira do brasileiro. Segundo pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), no ano passado, 34% dos brasileiros com direito à gratificação pouparam uma parte dos recursos. De acordo com o levantamento, 33% compraram presentes de Natal, 24% gastaram com festas e viagens de fim de ano, 16% usaram o dinheiro para pagarem **tributos** e 16% pagaram dívidas em atraso.

Parcelamento - Poucos anos depois da introdução, o 13º sofreu alterações. Em 1965, a Lei 4.749 estabeleceu o parcelamento da gratificação em duas vezes: uma paga entre fevereiro e novembro e outra paga em dezembro. Em 1988, o artigo 7 da Constituição garantiu o 13º para todos os trabalhadores, urbanos e rurais, aposentados e pensionistas. Em 1998, a emenda constitucional 19, que tratou da reforma administrativa no serviço público, garantiu o pagamento da gratificação aos **servidores públicos**.

O 13º salário só é pago integralmente a quem trabalha há pelo menos um ano na mesma empresa. Quem trabalhou menos tempo receberá proporcionalmente.

O cálculo é feito da seguinte forma: a cada mês em que trabalha pelo menos 15 dias, o empregado tem direito a 1/12 (um doze avos) do salário total de dezembro.

Dessa forma, o cálculo do 13º considera como um mês inteiro o prazo de 15 dias trabalhados.

Em contrapartida, quem faltar ao trabalho mais de 15 dias no mês sem justificativa terá o mês inteiro descontado. (ABr)

# Congelada desde 2015, correção da tabela do IR entra no foco de presidenciaíveis

**ADRIANA FERNANDES ANNA CAROLINA PAPP  
BRASÍLIA**

Tema de campanha em 2018, a reformulação do Imposto de Renda voltará à pauta dos candidatos neste ano. A proposta de revisão é defendida pelos presidenciaíveis Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Ciro Gomes (PDT), que preveem correção da tabela e fixação de novas alíquotas. Já a campanha da candidata do MDB, senadora Simone Tebet (MS), não fala em mudança na tabela e diz que o reajuste do IR não corrigiria as distorções de quem paga pouco ou nada de imposto em aplicações financeiras.

O Estadão procurou ontem as campanhas dos presidenciaíveis após mostrar que o congelamento da tabela vai levar a uma situação em que trabalhadores com renda de 1,5 salário mínimo terão de pagar IR. Desde 2015, quando o salário mínimo era de R\$ 788, o limite da faixa de isenção é de R\$ 1.903. Pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) já aprovada, o valor do mínimo em 2023 será de R\$ 1.294 -1,5 salário equivaleria, então, a R\$ 1.941.

Procurado, o Palácio do Planalto não quis comentar o tema e transferiu a resposta para o Ministério da Economia, que também não quis se manifestar. A campanha do presidente Jair Bolsonaro só começará a responder os questionamentos depois de oficializar a candidatura.

Candidato à reeleição, Bolsonaro prometeu a correção da faixa de isenção do IRPF para R\$ 5 mil nas eleições de 2018. Mas a promessa não foi cumprida. O governo enviou uma proposta de reforma do IR taxando lucros e dividendos, reduzindo a tributação das empresas e aumentando a faixa de isenção dos atuais R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil. O projeto foi aprovado na Câmara muito modificado e está parado no Senado.

O PT defende uma revisão da tabela do IRPF coordenada com uma mudança estrutural no modelo de tributação sobre consumo, renda e patrimônio. A proposta é ampliar a cobrança sobre a renda dos muitos ricos e reduzir a tributação que incide mais sobre os trabalhadores.

O economista Guilherme Mello, da Fundação Perseu Abramo e que trabalha na redação do plano de

governo de Lula, disse que a tabela do IRPF terá de ser tratada no debate da **reforma tributária**, porque o seu congelamento amplia a base de tributação para as camadas de renda mais baixa. "A tabela terá de ser revista, mas incorporando alíquotas maiores para aqueles que ganham uma renda muito alta." Já o PDT diz que Ciro Gomes fará uma completa revisão do IRPF, com a fixação de uma alíquota de 35%. Hoje, a alíquota mais alta da tabela é de 27,5%.

Além disso, o presidenciaível quer voltar com a cobrança de lucros e dividendos. A campanha não fala ainda em valores para a faixa de isenção, o que "dependerá de estudos complementares, associados à estratégia de fazer o salário mínimo subir acima da **inflação**", diz a sua assessoria.

Em nota, a candidatura de Tebet afirma que, se é verdade que há o "congelamento" da tabela do IR desde 2015, por outro lado o limite atual não seria baixo para um país com renda per capita de R\$ 1,4 mil. "De acordo com a atual tabela, a maioria dos contribuintes não paga IR. São 10,7 milhões de declarantes na faixa de isenção, num universo de 30,4 milhões de declarantes (35,2%). O erro é achar que a pessoa passa de 0 para 7,5% sobre tudo, mas não!

A pessoa pagará 7,5% apenas sobre o que excede. No caso de 1,5 salários mínimos, será pago 7,5% apenas sobre R\$ 38. Não são nem R\$ 3 de imposto", diz a nota.

"A tabela terá de ser revista, mas incorporando alíquotas maiores para aqueles que ganham uma renda muito alta." Guilherme Mello Economista da equipe do PT

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# A tecnologia se tornou essencial para a reforma tributária (Artigo)

**Miguel Abuhab**

O debate sobre o impacto da tributação sobre o consumo na atividade econômica brasileira ganhou corpo no último mês, a partir da discussão sobre o ICMS que incide sobre o preço dos combustíveis.

A alteração dessa alíquota é mais uma das milhares de minirreformas que o Brasil realizou nos últimos anos, tornando seu pesado sistema tributário ainda mais parecido com um manicômio.

A verdadeira **reforma tributária**, capaz de fomentar o desenvolvimento, destravar a economia e trazer igualdade social, permanece na agenda de prioridades, e a ela deveria ser dada a devida atenção pelo governo e o Legislativo.

Ao confrontar a suposta complexidade dessa reforma e as premissas que ela deve atender para ser uma unanimidade do ponto de vista político - não mexer na partilha da União, estados e municípios - e socioeconômico - não permitir o aumento da carga tributária para a sociedade -, muitos analistas e observadores desconsideram a aplicação de um fator que hoje está à disposição para tornar o sistema tributário mais simples e sem efeitos indesejáveis, como a inadimplência, a informalidade e a sonegação. Estamos falando de tecnologia, a chamada tecnologia 5.0 aplicada ao mercado financeiro, na qual o Brasil se tornou um dos maiores especialistas mundiais.

A tecnologia permite que a visão ortodoxa hoje predominante na cobrança de **impostos** seja substituída por uma abordagem que se adapta ao federalismo brasileiro.

Ortodoxia é tudo que fazemos, não sabemos por que fazemos, mas continuamos fazendo. As ortodoxias têm origem nas restrições tecnológicas. Quando tínhamos restrições tecnológicas, criamos as regras de negócio, mas quando as restrições deixaram de existir, as regras continuaram as mesmas. Isso aconteceu com o sistema tributário brasileiro.

Quando o meio de pagamento era cheque ou cartão de crédito com relevo, podíamos fazer um débito e apenas um crédito. Portanto, o consumidor pagava o imposto sobre o consumo ao comerciante, que, por sua vez, fazia o recolhimento ao Tesouro.

Hoje, com os servidores na nuvem, podemos fazer um débito e vários créditos; ou seja, quando um consumidor paga ao comerciante com um cartão, será feito um débito ao consumidor, um crédito ao comerciante e o imposto será creditado diretamente ao governo.

Nos boletos de cobrança, passará a constar o valor da mercadoria e o valor do imposto. O valor da mercadoria vai para o fornecedor e o valor do imposto ao governo. No final do dia, será feito um netting (compensação), devolvendo ao contribuinte os valores pagos na etapa anterior.

Entre todas as propostas de **reforma tributária** que tramitam no Congresso, a PEC 110, do Senado, não é apenas aquela que demandou maior tempo de discussão e maturação (visto que ela se origina de texto elaborado ainda na década passada pelo ex-deputado Luiz Carlos Hauly, criador do Simples), mas também aquela que soube incorporar a tecnologia à sua proposição. A ideia é que, em complemento à simplificação e modernização proporcionadas pela unificação de cinco **impostos** em um, seja também implantada a cobrança automática e eletrônica do tributo sobre consumo sempre que houver a quitação de uma nota fiscal. Será o fim de inúmeras mazelas que atravancam o sistema e impedem que o Brasil volte a crescer.

A tecnologia se tornou um dos pilares para a simplificação tributária. E não se trata de reinventar a roda. As soluções tecnológicas já existem. O que se propõe é uma nova forma de utilizá-las - e a iniciativa de adotá-las como aliadas do crescimento econômico.

Miguel Abuhab, Engenheiro e empresário. Fundador do movimento Destrava Brasil

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/14/07/2022/p1>

# O ICMS no multiverso da loucura (Artigo)

**JOÃO SALVADOR DOS REIS NETO**

A Constituição Federal de 1946 deu aos Estados a competência para instituir imposto sobre vendas e consignações (IVC). Tratava-se de imposto cumulativo, que incidia sobre toda a cadeia produtiva e cujas regras não previam qualquer mecanismo redução de carga tributária.

Com a aprovação da **Reforma Tributária** (Emenda Constitucional (EC) nº 18, de 01.12.1965), o IVC foi substituído pelo Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICM), imposto não-cumulativo, cujas regras determinavam que o devido em cada operação fosse compensado com o montante cobrado nas anteriores. Esta nova versão do imposto foi adotada no Código Tributário Nacional (CTN) de 1966, nos artigos 52 a 58, código este que vigora até o momento.

Posteriormente, em 1968, o Decreto-Lei (DL) nº. 406, de 1968, revogou os arts. 52 a 58 do CTN e estabeleceu outras regras do ICM, as quais permaneceram até a chegada da Constituição da República de 1988.

A Constituição manteve a competência dos Estados para instituir imposto sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e a ampliou de forma que também passaram a ser oneradas as operações com energia elétrica, lubrificantes, combustíveis, minerais e as prestações de serviços de transportes e de comunicação não estritamente municipais. Neste sentido, o ICM passou também a incidir sobre os serviços de transportes e de comunicação, passando a ser chamado de ICMS pela doutrina.

A vida do ICMS no ordenamento jurídico brasileiro sempre foi conturbada. Desde sua chegada, ainda na sua versão primária de IVC, o imposto esteve, e está, em profundas e conturbadas discussões jurídicas, sociais e principalmente políticas, as quais muitas da vezes são meramente populistas.

Não há espaço para tratarmos de toda história do ICMS aqui neste momento, então iremos focar na mais recente das controversas situações: o que tem elevado preço dos combustíveis.

O campo de incidência do ICMS é abrangente, visto que tributa as operações relativas à circulação de mercadorias (conceito que abrange energia elétrica, lubrificantes, combustíveis e minerais), a prestação de

serviços de transporte (intermunicipal e interestadual) e de comunicação e as importações, ainda que realizadas por pessoa física.

O ICMS incide sobre o valor total da operação, quando mercadorias são fornecidas com serviços não compreendidos pelo que seria de competência do ISS - Imposto sobre serviços, de competência dos Municípios.

Sendo de competência estadual, o ICMS não só é o principal tributo da chamada "guerra fiscal" entre os Estados, com está intimamente ligado ao chamado Pacto Federativo, o qual, presente no paradigma de estado democrático brasileiro, impõe o autonomia e independência dos Entes (União, Estados e Municípios) para legislarem, dente vários assuntos, da sua própria competência tributária. Resumidamente, cada ente tem seu tributo, não poderia sofrer a ingerência do outro ente.

Fato é que, o recente ativismo federal quanto ao ICMS, sobretudo em meio à crise dos combustíveis e da energia, mesmo que aparentemente "bem intencionado" diante da conveniente inércia dos governadores, merece uma análise das mais criteriosas.

Ao que indica, estamos diante de uma invasão competências do Executivo estadual, com ofensa direta ao pacto federativo, face a federalização do ICMS sem a necessária e prévia mudança constitucional.

Podemos presumir que os próximos capítulos no multiverso do ICMS irão trazer a discussão de tais medidas federais no STF, concomitantemente à alteração de preços nas bombas de combustíveis motivada por medidas dos governadores, "sugestionados".

A verdade é que entender a tributação no Brasil não é para qualquer um.

JOÃO SALVADOR DOS REIS NETO, Advogado, professor, mentor. Docente de Direito Tributário da Faculdade Kennedy de Minas Gerais

**Site:**

<https://digital. hojeemdia.com.br/pub/jornalhojeemdia/index.jsp?serviceCode=login&edicao=15107>

# Congresso aprova PEC dos Auxílios e fará sanção hoje

Em ritmo acelerado, a Câmara dos Deputados concluiu, ontem à noite, a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/22, que cria o estado de emergência e permite ao governo federal gastar por fora do teto de gastos mais R\$ 41,25 bilhões para aumentar, até dezembro, benefícios sociais, conceder ajuda financeira a caminhoneiros e taxistas, ampliar a compra de alimentos para pessoas de baixa renda e diminuir **tributos** do etanol. A proposta irá à promulgação. Depois da suspensão da sessão de quarta-feira por problemas no sistema de votação, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), conseguiu fazer com que quase 500 parlamentares se manifestassem ontem. A expectativa é de que a PEC seja sancionada hoje por Lira e pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). E que o governo comece a pagar os novos benefícios sociais já em agosto, dois meses antes do primeiro turno das eleições, em 2 de outubro.

A PEC foi aprovada na forma do substitutivo do relator, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE). No primeiro turno, na quarta-feira, foram 425 votos a favor e sete contrários, e no segundo, 469 a 17. Na votação em segundo turno, os parlamentares rejeitaram dois destaques apresentados pelos partidos na tentativa de mudar o texto, ambos de conteúdo idêntico aos votados em primeiro turno: destaque do PT pretendia retirar a expressão "estado de emergência" que ampara os gastos extraordinários no ano de 2022; destaque do Psol pretendia retirar do texto o limite temporal de cinco meses para o pagamento de parcelas adicionais do Auxílio Brasil com recursos autorizados pela proposta.

Foi mantida na proposta a garantia de diferencial de alíquota de **tributos** para tornar competitivos os biocombustíveis (biodiesel e etanol) em relação aos combustíveis fósseis. Esse era o tema original da PEC 15. O texto aprovado prevê que os R\$ 41,25 bilhões serão usados até o fim do ano para a expansão do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600 (R\$ 26 bilhões) e do vale-gás de cozinha (R\$ 1.05 bilhão); criação de auxílios aos caminhoneiros e taxistas (R\$ 5,4 bilhões e R\$ 2 bilhões); financiar a gratuidade de transporte coletivo para idosos (R\$ 2.5 bilhões) e para compensar os estados que concederem créditos de ICMS para produtores e distribuidores de etanol (R\$ 3,8 bilhões).

A PEC destina ainda recursos para reforçar o programa Alimenta Brasil (R\$ 500 milhões), que compra alimentos de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, povos indígenas e demais populações tradicionais para distribuí-los a famílias de baixa renda.

**EXCEÇÃO** A fim de viabilizar os gastos em ano eleitoral (vedado pela legislação) e contornar exigências legais e da própria Constituição (teto de gastos/Emenda Constitucional 95), a proposta institui um estado de emergência até 31 de dezembro de 2022. Todas essas medidas constavam da PEC 1/22, apensada, e passaram a constar da PEC 15/22. A criação de benefícios destinados a pessoas físicas e a transferência voluntária de recursos a estados e municípios são proibidas nos três meses que antecedem as eleições.

A única exceção é se isso ocorrer na vigência de calamidade pública ou de estado de emergência, conforme a Lei das Eleições. Assim, não precisarão ser atendidas as limitações de crescimento de despesas sem aumento de receitas ou diminuição de outros gastos (Lei de Responsabilidade Fiscal); não será necessária aprovação pelo Congresso de autorização específica para descumprir a regra de ouro; e os recursos ficarão de fora do cálculo da meta de resultado primário.

A figura do estado de emergência não consta da Constituição Federal, que permite a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública. Os pagamentos complementares do Auxílio Brasil e do vale-gás serão somados aos valores que os beneficiados já recebem.

No caso do programa de transferência de renda, o texto assegura seu pagamento a quem ainda não recebe por limitações orçamentárias mesmo preenchendo os requisitos. Em relação aos caminhoneiros, a ajuda de R\$ 1 mil mensais será concedida independentemente do número de veículos que possuir. O pagamento ocorrerá por meio de solução tecnológica implementada por banco federal a ser indicado pelo Ministério do Trabalho e Previdência. Os caminhoneiros não precisarão provar que gastaram os valores em combustíveis.

**Site:**

**<https://digital.em.com.br/estadodeminas/14/07/2022/p1>**

# MP-TCU cita 'abuso de poder econômico' em PEC social

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MP-TCU) soou um alerta vermelho ao governo em relação à proposta de emenda à Constituição que o governo conseguiu aprovar no Congresso, que prevê a criação e ampliação de uma série de auxílios, a apenas três meses das eleições.

O subprocurador-geral do MP-TCU, Lucas Rocha Furtado, entrou com um pedido de medida cautelar contra a PEC, sob a alegação de que "a emenda proposta é flagrantemente inconstitucional" e que pode, inclusive, levar à impugnação de mandato eletivo.

Segundo Furtado, o presidente Jair Bolsonaro, "atual mandatário do Poder Executivo Federal, criou, possivelmente de forma deliberada, um estado permanente de frustração do planejamento orçamentário para falsear o cabimento de créditos extraordinários".

A avaliação do MP-TCU é a de que o presidente se utiliza de uma "suposta 'imprevisibilidade' a ameaçar a segurança alimentar da população brasileira" para justificar a PEC com base em estado de emergência que, em sua avaliação, tem fins eleitoreiros.

"Existem evidências de que a pretensa situação emergencial teria sido artificialmente fabricada, com o verdadeiro intuito de servir a interesses eleitorais do pretendente à reeleição presidencial, na medida em que resultaria na distribuição de benesses de forma gratuita a determinados segmentos da população, em verdadeiro abuso político e econômico e em atentado ao princípio da anterioridade eleitoral", afirma a representação.

Articulada pelo Palácio do Planalto com a base governista no Congresso, a PEC aumenta o Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600 por mês e concede uma bolsa-caminhoneiro de R\$ 1 mil mensais e uma bolsa-taxista de R\$ 200, entre outros benefícios. O custo é de R\$ 41,25 bilhões fora do teto de gastos - a regra que limita o crescimento das despesas do governo à **inflação** do ano anterior.

**Site:**

**<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/?numero=37234&edicao=121874>**

# Decisões legislativas (Editorial)

Não é por acaso que a atuação do Congresso sofre sérios questionamentos por parte da população, o que compromete sua imagem. Grande parte das decisões tomadas por deputados e senadores pouco contribui para o bem-estar dos cidadãos, sobretudo os mais pobres. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023, aprovada na terça-feira, não foge à regra. Os senhores parlamentares garantiram R\$ 19 bilhões em emendas secretas, dinheiro que se tornou fundamental para a negociação política por parte do governo.

Essa montanha de verbas públicas deveria ser destinada prioritariamente a projetos mais nobres, como a redução da miséria no país, agravada pela pandemia do novo coronavírus, e a melhoria da educação e da saúde no país. Numa conta simples, os R\$ 19 bilhões que serão distribuídos são suficientes para incluir mais 2 milhões de famílias no Auxílio Brasil e garantir a elas um benefício de R\$ 600 ao longo de 16 meses.

Além do orçamento secreto, deputados e senadores terão direito a movimentar outros bilhões em emendas individuais e de bancadas. Com a chegada das eleições, os partidos receberão, ainda, dos cofres do Tesouro Nacional, R\$ 4,9 bilhões que irrigarão o Fundo Eleitoral. Uma das formas encontradas pelo Estado para fazer caixa é não corrigindo a tabela do Imposto de Renda. Com isso, trabalhadores que ganham a partir de um salário mínimo e meio (R\$ 1.941) serão garfados pela **Receita Federal** no ano que vem.

O mais preocupante para os brasileiros é que, faltando menos de três meses para as eleições, não há perspectivas de renovação no Congresso que tomará posse em 2023. Com todas as amarras construídas pelos chefes de partidos, em especial os do fisiológico Centrão, infelizmente, os eleitores poderão cair na armadilha e eleger representantes descompromissados com a ética e a boa política. Não só: o conservadorismo tenderá a aumentar, colocando em risco conquistas importantes para a sociedade.

Em tese, deputados e senadores são representantes do povo. Mas temos visto decisões legislativas volta das principalmente para os próprios interesses da classe política. Mesmo quando vendem a imagem de que estão trabalhando pelos menos favorecidos, como no caso da PEC eleitoral, que aumenta o Auxílio Brasil para R\$ 600, na verdade, só estão preocupados em garantir mais um mandato para continuar legislando em prol dos interesses de uma velha estrutura.

**Site:**

**<https://digital.em.com.br/estadodeminas/14/07/2022/p1>**

# Auxílio de R\$ 600 começa em agosto

**Fernanda Strickland, Victor Correia**

Após tramitação célere e conturbada na Câmara, a Proposta de Emenda à Constituição 15/2022, chamada de PEC das Bondades, foi aprovada, ontem, em segundo turno, por 469 votos a favor, 17 contra e duas abstenções. O texto aumenta os benefícios sociais a menos de três meses das eleições e é a aposta do governo para tentar elevar a popularidade do presidente Jair Bolsonaro, que busca a recondução. Agora, a matéria segue para promulgação pelo Congresso.

A PEC determina o aumento do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, a ampliação do vale-gás, um voucher para caminhoneiros de R\$ 1 mil mensais e auxílio-gasolina destinado a taxistas, entre outros benefícios (veja arte). O governo se organiza para pagar os benefícios a partir do mês que vem. O Auxílio Brasil turbinado passará a valer dia 18, enquanto os repasses a caminhoneiros e taxistas e o vale-gás, no dia 1º.

Todas as benesses têm validade até dezembro deste ano - por isso, a PEC foi tachada de eleitoreira pela oposição. O custo total é de R\$ 41,2 bilhões.

Apesar das tentativas dos opositores do governo para adiar a votação, retirar do texto o status de estado de emergência e tornar permanente o aumento no Auxílio Brasil, a PEC foi aprovada sem alterações em relação à matéria avalizada pelo Senado.

Se houvesse mudanças, precisaria passar por nova análise dos senadores, o que atrapalharia os planos do governo.

A votação em primeiro turno ocorreu na terça-feira, com 393 votos a favor e 14 contrários. A sessão, no entanto, acabou suspensa por causa de problemas no sistema eletrônico da Casa. Lira retomou os trabalhos ontem de manhã, mantendo o quórum alcançado no dia anterior, que favorecia o aval à PEC também em segundo turno. Sem a manobra, havia dúvidas se seria possível obter o quórum para votação.

Parlamentares, porém, protestaram, sob o argumento de que a sessão não poderia ser retomada, uma vez que a suspensão durou mais de uma hora. Para isso, usaram o Artigo 70 do regimento da Câmara, segundo o qual "o presidente poderá suspender a sessão por uma única vez, pelo prazo máximo de uma hora, findo o qual considerar-se-á encerrada".

Lira acatou, mas, em contrapartida, anunciou que a sessão seria, também, remota. Parlamentares puderam, assim, registrar presença de forma virtual, o que garantiu o quórum. A manobra foi duramente criticada pela oposição. "O fato é que (Lira) mudou a regra do jogo três vezes.

(...) Agora, para garantir voto de deputados que não vieram a Brasília e que são aliados do presidente da Câmara, alterou para ser virtual", reprovou o deputado Glauber Braga (PSol-RJ). "Isso é uma vergonha! Nem Eduardo Cunha teve coragem de fazer isso", completou, numa referência ao ex-presidente da Câmara.

O parlamentar disse que vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra as manobras do político do PP. "Após suspender a sessão, mesmo sendo contra o regimento da Câmara, ele muda a regra do jogo mais uma vez, dizendo que a votação toda pode acontecer de forma remota.

Então, ontem (terça) era híbrida, depois era presencial e, agora, pode ser toda remota novamente? Onde isso vai parar?", questionou.

Já os governistas aprovaram a postura de Lira. Segundo o deputado Giovani Cherini (PL-RS), o presidente da Câmara "agiu de forma responsável, porque ontem (terça) "hackearam" o nosso sistema". "Não sabemos quem foi e não acusamos ninguém. Agora, estão acusando vossa excelência de ter mudado a regra do jogo.

Não. Vossa excelência fez o que tinha que fazer. Este país precisa tomar decisões", destacou, se dirigindo a Lira.

Durante a sessão de ontem, aliados do Planalto apresentaram argumentos em favor da aprovação do texto sem alterações.

"A responsabilidade fiscal nos chama, neste momento, a manter o texto que está estabelecido na PEC e deixar o prazo desses R\$ 600 até dezembro. Por quê? Porque arrecadamos 25 bilhões na capitalização da Eletrobras, arrecadamos mais R\$ 40 bilhões nos dividendos da Petrobras, além daqueles R\$ 20 bilhões que já estão no orçamento", discursou o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR). "Portanto, estamos aplicando neste socorro emergencial recursos já arrecadados. Para o ano que

vem, ainda vamos ter de avaliá-los."

### Investigação

A Polícia Federal abriu um procedimento preliminar para investigar a pane no sistema de votação da Câmara. Agentes chegaram ao local por volta das 22h de terça-feira e deixaram o local pouco depois das 3h de ontem. A nota da corporação sobre o caso foi lida em plenário, ontem, por Lira. "A área técnica da Câmara verificou instabilidade no sistema de votação remota a partir das 19h. A situação se agravou rapidamente, suspendendo qualquer possibilidade de votação a distância, inclusive com a queda da rede wi-fi", relatou a PF.

Por sua vez, o presidente da Câmara enfatizou que "foram interrompidos, simultaneamente, os dois links de internet, fornecidos por empresas distintas".

"Trata-se de uma ocorrência grave e sem precedentes. Para assegurar que todos os deputados exerçam seu legítimo direito de voto, foi suspensa a sessão e determinada a investigação imediata das causas e responsabilidades da pane do sistema."

### Saiba mais

Fora do teto de gastos O valor total de aumento de despesas com a PEC das Bondades é calculado em R\$ 41,25 bilhões aos cofres públicos, recurso que será contabilizado fora da regra do teto de gastos, que limita o crescimento das despesas do governo à **inflação** registrada no ano anterior.

Para garantir os recursos ao pagamento dos novos auxílios e da ampliação dos benefícios sociais já existentes, o governo terá de editar uma medida provisória com crédito extraordinário - recursos do Orçamento da União para despesas que ficam fora do teto de gastos.

### Lei eleitoral

Os deputados rejeitaram, por 345 votos a 143, o destaque do PT para a retirada do estado de emergência, que blinda o presidente Jair Bolsonaro de punições da Lei Eleitoral. Isso porque a legislação proíbe a concessão de benesses às vésperas da eleição, exceto em casos de calamidade pública e emergência. As propostas poderiam limitar os efeitos eleitorais da PEC em favor do chefe do Executivo.

# Reajuste não repõe a inflação

Perda do poder aquisitivo cresce em 2023 apesar do reajuste do salário mínimo. Para o próximo ano, a renda mínima no país está prevista em R\$ 1.294, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023, aprovada pelo Congresso na terça-feira, 12. O valor representa um aumento de 6,7% sobre o salário mínimo atual de R\$ 1.212. O reajuste não repõe sequer a **inflação** de 7,67% prevista para 2022 pelos economistas do mercado financeiro, conforme o último Boletim Focus, do Banco Central. "O reajuste de 6,7% não vai cobrir nem mesmo a previsão de **inflação** ao longo deste ano, que será superior a 8,5%", afirma o economista Emanuel Daubian. Situação que acentua a diminuição do poder de compra dos trabalhadores que se mantém com o menor salário vigente no país. Esta parcela da população é duplamente afetada por uma revisão salarial muito aquém do aumento acumulado de preços dos produtos. "Os alimentos subiram mais de 50% nos últimos dois anos. E a perspectiva é que os preços permaneçam em nível elevado, sem retomar o patamar anterior (à pandemia)", registra Daubian. Alimentos e outras despesas básicas, como gás de cozinha e energia elétrica, consomem a maior parte dos ganhos de quem vive com uma renda mínima, lembra o economista. "Para essas pessoas, a **inflação** é muito maior do que a **inflação** oficial", afirma. De acordo com ele, quando o reajuste do salário mínimo era superior à **inflação** os trabalhadores tiveram condições de consumir mais e adquirir bens duráveis, além dos produtos básicos. "Tinham uma qualidade de vida maior, porque havia uma sobra no salário para trocar a geladeira, comprar uma televisão, um aparelho celular. Com o reajuste de 6,7% vão continuar com a vida apertada e tendo que eliminar itens de consumo", conclui. "É complicado. Aumento de R\$ 82 (no valor do salário mínimo) não vai suprir a necessidade básica", comenta a diarista Valdinéia Silva, 38. No caso dela que sobrevive com rendimento mensal fruto do trabalho autônomo, bem abaixo do salário mínimo oficial e sem benefícios assistenciais do governo, a solidariedade alheia é que ajuda a ter alimento na mesa. "Recebo R\$ 90 por semana como diarista. Também ganho sacolão da igreja e verdura da feira", expõe.

# A fome no Brasil (Artigo)

PAULINO FERNANDES DE LIMA DEFENSOR PÚBLICO E PROFESSOR

Dados recentemente divulgados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) colocaram o Brasil, mais uma vez, entre os países com maior gravidade no mapa da fome.

Irrefutavelmente, o índice aumentou com a eclosão da pandemia, mas por ser um crônico problema político-social nunca erradicado, não pode ter como único fato desencadeador o excepcional estado de crise sanitária em que vivemos.

Em 1984, o geógrafo Melhem Adas já denunciava, na sua obra *A fome - crise ou escândalo?*, que a fome é uma criação humana diretamente relacionada com o tipo de civilização que construímos; um grande e sério problema político, econômico e social, e sua existência, ainda nos dias atuais, é a prova contundente do fracasso de nossa civilização.

Essa obra, de indispensável leitura, refuta as teses mais utilizadas para mascarar a realidade, como as que atribuíam o surgimento da fome às causas naturais, a exemplo do crescimento populacional ou as desvantagens dos países subdesenvolvidos.

Já faz tempo que as teses que atribuíam à escassez de alimentos no mundo a fatores como desproporções entre a produção de alimentos e o crescimento populacional, foram vencidas.

Esse pensamento, desenvolvido nos séculos XVIII e XIX pelo economista inglês Thomas Malthus, relacionava o agravamento da fome no mundo, à demografia.

Mais tarde, em que pese sua tese ter repercutido longamente por outras escolas geográficas com as teses neomalthusianas, que admitiram ser o crescimento populacional contribuinte do aumento da pobreza, constatou-se que o desenfreado aumento da população não é determinante para a expansão da fome.

Os dados a que referimos no intróito deste artigo andam repercutindo negativamente, pois colocam o Brasil (depois de anos distante da lista de países em que a fome mais campeia) de volta ao planeta da fome.

Uma reportagem exibida na terça-feira, dia 12/07, no

programa "Profissão Repórter", da Globo, mostrou a triste e decadente realidade em que muitas famílias estão vivendo, que perpassam a questão do desemprego ou da **inflação**.

São situações de extremo aviltamento da indignidade humana, em que pessoas disputam ossos e restos de comida do lixo com os cães.

Noutro momento, mostrou-se um levantamento realizado pela Defensoria Pública da Bahia, acessível em <https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/furto-por-fome-levantamento-dadefensoria-da-bahia-aponta-odobrode-prisoas-por-furtos-famelicos-emcinco-anos/>, que constatou um indesejável aumento no número de furtos famélicos (aqueles que, prosaicamente, são definidos como furtos de alimentos ou itens de sobrevivência, sem emprego de violência ou grave ameaça).

Em 2021, esse tipo de delito passou a 20% do total de furtos, o que, para o defensor público entrevistado, Pedro Paulo Casali, isso representa um problema a ser encarado mais como de direito social do que meramente reprimido pelo direito penal.

A olho nu, é possível ver que, em cada esquina, canto ou lugar qualquer deste País, a fera da fome anda a espreita de mais e mais vítimas, no País.

**Site:** <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2167/14-07-2022/>

# Os impactos da pandemia e a relação do brasileiro com as finanças

**SILVIO FRISON**

Dois mil e vinte e dois começou como o ano das possibilidades, do recomeço, tendo em vista o enfraquecimento da pandemia de covid-19 no final do ano passado. Mas depois de alguns meses do novo ano, tudo ainda parece incerto. A guerra na Europa entre Rússia e Ucrânia, o vírus resistindo e até aumentando em algumas regiões, além do ressurgimento de algumas doenças que acreditávamos estarem erradicadas têm gerado forte impacto na economia mundial e na vida financeira dos brasileiros.

Para tentar manter a ordem das finanças pessoais, muitas pessoas cortaram gastos desnecessários e passaram a prestar mais atenção no planejamento, na necessidade de planejar as finanças da família. Mesmo assim, ao final de 2021, o volume de dinheiro guardado caiu significativamente.

Há anos não registrávamos tamanha **inflação** em produtos que fazem parte do dia a dia da maior parte da população (alimentação, combustível, energia, por exemplo), consumindo parte significativa da renda do trabalhador, que por sinal também sofreu redução durante a pandemia. Esse cenário fez com que houvesse transformações nos hábitos de consumo, lazer e comportamento.

O brasileiro aumentou sua disposição para empreender, buscando renda por conta própria, reduziu o uso do dinheiro vivo, substituindo-o pelo PIX, passou a priorizar os gastos em casa, como TVs por assinatura, e reduziu drasticamente os investimentos com lazer externo. Quando se comparam as principais despesas realizadas em 2021 ao ano de 2020, constata-se que o aumento dos gastos se concentra em supermercados, hipermercados e farmácias em seguida.

Por causa desse cenário, o nível de endividamento vem batendo recorde atrás de recorde e isso gera uma preocupação enorme tanto ao olharmos para a economia do país, como também para cada pessoa que se encontra com o "nome sujo", uma vez que, além de limitar o acesso ao crédito, a inadimplência tem um peso cultural muito forte que aprendemos desde pequenos que nosso nome é tudo que temos.

Outro aspecto impactado foi a saúde mental por conta dos reflexos com preocupações financeiras, com a família e com o futuro. Muitos brasileiros relatam ter problemas de concentração para realizar tarefas diárias, mais pensamentos negativos devido a uma situação financeira complicada e muitos sofrem crise de ansiedade pelo excesso de preocupações.

Para tentar reduzir os impactos da pandemia e da intensificação da crise pela guerra na Europa, o governo, por meio da Caixa Econômica Federal, liberou o saque emergencial do FGTS 2022 de até R\$ 1 mil, de acordo com a data de nascimento de cada um.

Para muitos brasileiros, o saque pode representar o recomeço já que quase metade da população que possui dívida pretende usar o saque emergencial do FGTS para limpar o nome. E, embora já houvesse a possibilidade de utilizar o FGTS como garantia para solicitar empréstimo com taxas menores para conseguir quitar dívidas de maneira mais tranquila, pouquíssimas pessoas fazem uso dessa oportunidade.

O fato de o saque emergencial despertar o público para a possibilidade de adquirir empréstimos atrelados ao FGTS nos mostra algo bastante curioso: apesar da fama, o FGTS não é verdadeiramente conhecido pelo brasileiro. Aos 55 anos de idade, o respeitado Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ainda gera muitas dúvidas. Embora quase todos os brasileiros conheçam o Fundo, nem a metade da população conhece em que condições pode sacar o próprio dinheiro e não sabe como consultar o saldo junto à Caixa Econômica Federal, instituição financeira responsável pela administração do Fundo vigente desde janeiro de 1967.

Não adianta reclamar ou esperar que esse tipo de conhecimento chegue à grande população. Esta é uma ótima oportunidade para que nós, empresas da área financeira, possamos contribuir com informação útil, compartilhando os melhores recursos disponíveis para que todas as famílias possam garantir uma boa saúde financeira e, assim, uma vida mais tranquila e feliz.

SILVIO FRISON - Vice-presidente da Serasa

# Aumento no consumo gera recorde de endividamentos

**EDUARDO LAVIANO DA REDAÇÃO**

O número de brasileiros endividados bateu recorde em 2022, chegando a 77,3% no mês de junho, segundo a Confederação Nacional do Comércio. O índice é maior do que o registrado no mesmo mês do ano anterior, de 69,7%. De acordo com a entidade, a retomada do consumo é responsável pelo uso mais constante do cartão de crédito, que, somado à **inflação** alta, aos juros crescentes e à fragilidade no mercado de trabalho, aumenta o número de endividados. Outro fato que contribui para o resultado é a possibilidade de parcelamento ou de pagamento mínimo da fatura, prática desaconselhada por economistas: os juros criam um efeito "bola de neve" e a modalidade deve ser usada apenas como último recurso, recomenda a economista paraense Izabel Ferreira.

"Temos que ter uma relação saudável entre gastos e ganhos. Se você ganha R\$ 2 mil, não pode gastar R\$ 3 mil no cartão de crédito.

Tem que gastar no máximo mil, quando muito. Os juros podem passar de 10% e ficar acumulando essa dívida é o pior dos cenários", alerta.

Mas, se mesmo assim a pessoa precisar estourar o orçamento pessoal em algum mês, é importante que ela esteja atenta a algumas regras: desde julho de 2018, as operadoras de crédito podem definir de quanto é o pagamento mínimo permitido e estipular esses valores de acordo com o perfil do cliente.

Na prática, o cliente que opta pelo pagamento mínimo não é negativado nem considerado inadimplente, porém, entra na modalidade de crédito rotativo, uma espécie de empréstimo que será cobrado na fatura seguinte com multas de atraso e juros sobre a quantia não paga. Os juros de crédito rotativo no Brasil podem chegar a 22%.

**PARCELAMENTO** Já o parcelamento traz juros fixos e bem menores do que o do crédito rotativo, além de um prazo maior de pagamento. Neste caso, a fatura não quitada é parcelada para faturas posteriores e o limite do cartão fica bloqueado e é liberado conforme os pagamentos.

Ao escolher essa modalidade, porém, qualquer atraso pode cancelar o acordo com o banco, o que pode

negativar o nome do cliente e ainda cancelar os serviços do cartão.

"Não existe uma regra, pois cada caso é um caso e cada banco é um banco. Então o ideal é ter bem claro quanto ganha e quanto pode gastar. Outra dica é não ficar saindo com cartão de crédito na bolsa se já não tiver uma aquisição planejada.

Isso gera impulsos desnecessários", adverte.

Cláudia Moreira é autônoma e conta que já passou por essa situação mais de uma vez. Ela lembra que atualmente não se pode fazer mais de dois pagamentos mínimos ou parcelamento seguidos, medida que ela considera positiva.

"Digo porque já tentei em 2020 quando tudo se complicou por causa da pandemia e não permitiram.

Mas acho isso bom porque evita a pessoa de se afogar em dívidas e força ela a negociar ou tentar ir num feirão desses que dão descontos. E também ajuda a botar a cabeça no lugar. Minha dica, que eu sigo, é se planejar para comprar o que precisa no débito. Cartão de crédito só em último caso para algo muito caro", diz.

**Site:**

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/?numero=37234&edicao=121874>

# Mulheres sentem mais

**Vicente Nunes**

Apesar da ligeira melhora observada nos indicadores, a disparidade de gêneros continua assustadora em todo o mundo. Dados divulgados ontem pelo Fórum Econômico Mundial apontam que serão necessários 132 anos para que homens e mulheres tenham as mesmas condições de vida, seja em termos de renda, seja de acesso à educação e à saúde e em participação política. Em relação a 2021, esse fosso diminuiu em quatro anos. No Brasil, o quadro ficou estagnado, e o país aparece na 94- posição entre 146 nações pesquisadas. Quando o recorte é a América Latina e o Caribe, o Brasil está à frente somente de Belize e Guatemala, em 20º lugar.

Segundo Saadia Hahidi, diretora Administrativa do Fórum, não bastasse a redução mínima na disparidade de gêneros, as mulheres passaram a enfrentar mais um desafio: a disparidade da inflação. Como, em geral, já ganham menos que os homens, elas veem o poder de compra diminuir mais rapidamente. "A crise do custo de vida está impactando desproporcionalmente as mulheres após o choque das perdas do mercado de trabalho durante a pandemia e a contínua inadequação da infraestrutura de atendimento", disse ela, que vê as mulheres também como maiores vítimas de conflitos armados, como o na Ucrânia, e de mudanças climáticas.

Para a executiva, diante da fraca recuperação da economia - o risco de recessão global é cada vez maior -, governos e empresas devem priorizar dois conjuntos de esforços: políticas direcionadas para apoiar o retorno das mulheres ao mercado de trabalho e desenvolvimento de talentos femininos nas indústrias do futuro. "Caso contrário, corremos o risco de erodir permanentemente os ganhos das últimas décadas e perder os futuros retornos econômicos da diversidade", afirmou Saadia Zahidi.

Ela destacou ainda que o rendimento médio das mulheres encolheu 1% no ano passado e o dos homens, 7%. Por isso, a ligeira melhora nos indicadores. O ideal seria que a renda das trabalhadoras subisse mais do que a do público masculino de forma contínua. O relatório do Fórum aponta que das 146 economias pesquisadas, somente uma em cada cinco conseguiu diminuir a desigualdade de gênero em pelo menos 1% no ano passado. Assim, embora ganhos tenham sido obtidos, a redução de apenas quatro anos pouco compensa o revés de toda uma geração registrado em 2020-2021, no auge da

pandemia.

Agora, pelos dados atuais, em vez de a paridade de gênero ser atingida em 2158, será alcançada em 2154, caso o mundo continue trabalhando lentamente nesse sentido. Os cinco países com menor desigualdade de gênero são, pela ordem, Islândia, Finlândia, Noruega, Nova Zelândia e Suécia. Já os com maior disparidade são Afeganistão, Paquistão, República Democrática do Congo e Chade.

REVÉS NA POLÍTICA Ainda que tenha ficado estagnado no Relatório Global de Desigualdade de Gênero, que está na sua 16- edição, o Brasil aparece em ótimas condições quando os indicadores são abertos. No item que trata de educação, o país aparece no topo do ranking, empatado com 20 nações. O mesmo ocorre em relação ao acesso à saúde e à sobrevivência - empate com 28 países. O que faz o Brasil despencar no cálculo final do levantamento são a participação e as oportunidades para mulheres no mercado de trabalho (85º lugar) e a presença delas na política. Nesse quesito, o país aparece na 104- posição. O documento cita que, no Senado brasileiro, dos 81 eleitos, somente 12 (14,8%) são mulheres.

O Brasil, ressaltou o Fórum, é lar de mais de 108 milhões de mulheres. Portanto, é preciso que a participação política delas seja maior. Na atual disputa pela Presidência da República, apenas três mulheres aparecem no páreo, até agora, sem qualquer condição de vitória: Simone Tebet (MDB), Vera Lúcia (PSTU) e Sofia Manzano (PCB). O relatório destacou também que essa minguada participação das mulheres em cargos eletivos acontece a despeito de o país ter um sistema de cotas obrigando que, no mínimo, 30% das candidatas ao Congresso sejam do sexo feminino.

No entender da diretora do Fórum Econômico Mundial, há muito por ser feito por todos os países no sentido de tornar as economias e as sociedades mais diversas. Mas é preciso vontade política. "Entre 2021 e 2022, o subíndice de participação econômica e oportunidade aumentou 1,6%, baseado principalmente em ganhos para mulheres em cargos profissionais e técnicos e na diminuição da diferença salarial, mesmo que a desigualdade de gênero na força de trabalho tenha aumentado", frisou. Para o subíndice de saúde e sobrevivência, houve uma pequena melhora, enquanto o subíndice de escolaridade caiu e o empoderamento político estagnou", acrescentou.

**Site:**

**<https://digital.em.com.br/estadodeminas/14/07/2022/p1>**

# Inflação nos EUA e PEC afetam Bolsa

O mercado de ações brasileiro não resistiu à volatilidade mundial provocada nesta quarta-feira por um novo salto da **inflação** dos Estados Unidos. Ao redor do globo, as principais bolsas negociaram no vermelho e o dólar perdeu valor diante das principais moedas. O clima era de incerteza entre investidores diante da expectativa de novas elevações na taxa de juros do Fed (Federal Reserve, o banco central americano).

No Brasil, o dólar comercial à vista recuou 0,64%, cotado a R\$ 5,4040. A moeda brasileira apresentou a maior valorização frente ao dólar entre as principais divisas do planeta.

Apesar de ter passado a maior parte do dia em alta, a Bolsa de Valores brasileira perdeu força no final da sessão. Quedas nos setores de commodities puxaram o indicador para baixo no fechamento. O índice de referência Ibovespa caiu 0,40%, a 97.881 pontos. O índice de preços ao consumidor urbano nos Estados Unidos alcançou o recorde de 9,1%, no acumulado em 12 meses até junho. Este foi o maior avanço desde novembro de 1981.

"O dado reforça a postura agressiva do Federal Reserve para reunião entre 26 e 27 de julho", avalia Camila Abdelmalack, economista- chefe da Veedha Investimentos.

Ela afirma que a pressão inflacionária reforça a probabilidade de que a taxa de juros suba 0,75 ponto percentual no fim deste mês, igualando a última alta aplicada, que foi a maior desde 1994. Isso empurraria a taxa anual de juros no país para um patamar entre 2,25% e 2,5%.

Abdelmalack também alerta para o fato de que a alta mais forte em setembro colocaria a **inflação** anual americana em um patamar além do esperado. "Aí que mora o risco monitorado do mercado, se eventualmente os juros nos EUA terminarem 2022 muito acima dos 4% já precificados." Fernanda Consorte, economista- chefe do Banco Ourinvest, atribui a movimentos técnicos do mercado a resistência do real em um dia de dados e fatos negativos para o mercado brasileiro. "O mercado já esperava essa alta da **inflação**, apesar do dado muito pior. A mesma coisa acontece com a PEC. É isso que está repercutindo no mercado hoje, ou seja, simples e puramente volatilidade", comentou.

Além da **inflação** americana, investidores no mercado

brasileiro também digerem a votação da PEC (proposta de emenda à Constituição) que amplia benefícios sociais em ano eleitoral.

Em vitória do governo, deputados mantiveram o estado de emergência na PEC dos bilhões. O mecanismo permite que presidente Jair Bolsonaro (PL) fure o teto de gastos e crie novos benefícios sociais a poucos meses do pleito, sem ferir a lei eleitoral.

Apesar de beneficiar setores do mercado no curto prazo, como o varejo, existe a preocupação quanto aos efeitos da medida na **inflação** e nos juros em 2023 (Clayton Castalani e Lucas Bombana, da Folhapress).

**Site:** [https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp\\_site/issue-c441b7798fc290a8dd307ef9cc698aa9.pdf](https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-c441b7798fc290a8dd307ef9cc698aa9.pdf)

# Investidores embolsam lucros e dólar cai frente ao real

São Paulo - O dólar reverteu a alta de mais cedo e fechou em queda contra o real ontem, com investidores realizando lucros na moeda norte-americana aqui e no exterior após dias seguidos de compras e conforme se debruçaram sobre dados de **inflação** nos EUA acima do esperado.

O dólar à vista caiu 0,65%, a R\$ 5,4040, após dois pregões seguidos de alta em que a cotação acumulou ganho de 3,23%, o maior para o período em um mês.

A decisão da Câmara dos Deputados, ao analisar a PEC dos Benefícios, de rejeitar requerimento para que o Auxílio Brasil de R\$ 600 tivesse duração ilimitada e estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI) de reversão de déficit para superávit primário em 12 meses até junho por parte do governo central compuseram um quadro doméstico mais benigno nesta quarta, abrindo espaço para o alívio no dólar.

A moeda chegou a subir 0,51%, para R\$ 5,4673, no pico do dia, na esteira dos dados que mostraram **inflação** anual de 9,1% nos EUA em junho, acima do esperado e novo pico em quatro décadas.

Mas o alívio posterior do dólar no mercado externo atraiu vendas também aqui, levando a divisa na mínima a cair 1,43%, para R\$ 5,3614.

Lá fora, o índice do dólar - que mais cedo chegou a ganhar 0,36% e bater 108,59, nova máxima em 20 anos - cedia 0,17% no fim da tarde, a 108,02. O euro, que mais cedo afundou a US\$ 0,9998, piso em duas décadas, voltou a US\$ 1,0056, recuperação que ajudou a alavancar divisas emergentes e de risco como o real.

A trégua na demanda por dólar, porém, pode ter vida curta. "É tudo isso: **inflação** muito forte, muito enraizada, disseminada, que vai levar o Fed a subir mais os juros e o dólar para cima, com risco de recessão global", disse Fernando Fenólio, economista-chefe da WHG.

Elencando entre os motivos potenciais altas fortes de juros nos EUA, o Goldman Sachs elevou de forma expressiva a expectativa para a cotação do dólar ante o real em três meses, citando "elevados riscos de curto prazo" para algumas divisas emergentes num cenário que inclui também euro fraco, incertezas sobre

crescimento chinês e recuo das commodities.

O banco agora vê o dólar em R\$ 5,50 ao fim de três meses, ante R\$ 4,70 no cenário anterior. A projeção em seis meses pulou de R\$ 4,80 para R\$ 5,30, enquanto a de 12 meses foi mantida em R\$ 5.

Evidenciando as fragilidades do câmbio doméstico, o Goldman Sachs coloca o real entre as moedas com mais alto "beta" (uma medida de sensibilidade) a potenciais cenários negativos.

Fluxo - O fluxo de câmbio contratado no Brasil em abril até dia 14 ficou positivo em US\$ 4,723 bilhões, conforme dados divulgados pelo Banco Central ontem.

Os números ainda estão defasados depois de semanas de atrasos na publicação de uma série de relatórios, pesquisas e séries históricas devido a paralisações de servidores do Bacen.

Em abril até dia 14, a contratação de câmbio em operações comerciais mostrou superávit de US\$ 3,431 bilhões, enquanto as operações financeiras registraram saldo positivo de US\$ 1,292 bilhão.

Em 2022 até 14 de abril, a sobra de moeda estrangeira foi de US\$ 15,406 bilhões, bem acima dos US\$ 9,708 bilhões do mesmo período de 2021.

(Reuters)

# Bitcoin segue em queda após inflação recorde nos EUA

BRASÍLIA

O bitcoin acelerou seu ritmo de queda na manhã de ontem após a divulgação dos dados da **inflação** nos Estados Unidos, mais alta do que o esperado, o que tende a uma possível recessão na maior economia do mundo.

A principal criptomoeda em valor de mercado, que oscilava próximo da estabilidade no início da manhã, passou a cair com força, sendo negociada a US\$ 19.063,09 por volta das 10h35 (hora de Brasília), com queda de 4,2% nas últimas 24 horas, segundo o CoinGecko.

A ether, moeda da rede Ethereum, recuava 4,8%, sendo cotada a US\$ 1.021,25.

O índice de preços ao consumidor nos Estados Unidos acelerou 1,3% em junho ante maio. No acumulado em 12 meses, a **inflação** foi de 9,1%, o maior patamar desde 1981. Os dados devem forçar uma postura mais dura por parte do Federal Reserve, Banco Central americano, na reunião de política monetária deste mês.

SÍMBOLO do bitcoin: mercado